

 **LIVRES**

**CADERNO
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS 2024**

PROPOSTAS MUNICIPAIS



É permitida a reprodução parcial e total desta obra desde que citada a fonte. Tiragem 1ª, Impressão: 2000.

Associação Livres

Caderno de Políticas Públicas 2024: Propostas Municipais.
Organizadores Deborah Bizarria, Mano Ferreira, Magno Karl -
São Paulo, Associação Livres, 2022.

ISBN 978-65-997900-2-7

v1. Políticas Públicas. 2. Plano de Governo.

Sobre o Livres

O Livres é uma associação civil sem fins lucrativos que atua como movimento político suprapartidário em defesa do liberalismo. Realiza atividades de formação de lideranças, curadoria de políticas públicas e advocacy, qualificando a atuação de mandatários e participando ativamente do debate público. Atualmente possui mais de 4 mil associados, engajados através de núcleos regionais e setoriais temáticos por todo país.

Projeto Gráfico

Luna Praun

Thiago Camargo

Bernardo Vidigal

Redação

Deborah Bizarria

Mano Ferreira

Conselho Acadêmico

Leandro Piquet (Presidente)

André Portela

Cecilia Machado

Elena Landau

Fernando Schuler

Gustavo Binenbojm

Laura Muller Machado

Natalie Unterstell

Paulo Roberto de Almeida

Persio Arida

Ricardo Paes de Barros

Samuel Pessôa

Sandra Rios

Diretoria

Magno Karl

Mano Ferreira

Equipe

Angelo Novaes

Deborah Bizarria

Felipe Klen

Gabriela De Nigris

Gustavo Gobbi

Kerolay Gomes

Luciana Cavalcanti

Luna Praun

Maria da Silveira

Matheus Rocha

Rafael Moredo

Sarah Melo

Yanez Freitas

Setoriais

Agronegócio, Artes e Cultura,
Ciência e Tecnologia, Educação,
Empreendedorismom, Infraestrutura,
Internacional, LGBT, Liberdade
Religiosa, Antirracismo, Mulheres,
Saúde, Segurança e Justiça, Turismo

Conselho de Administração

Luis Lélis (Presidente)

Antonia Tallarida

Luiz Felipe Costamilan

Sumário

| | |
|--|----|
| PREFÁCIO | 6 |
| CIDADES VOLTADAS PARA AS PESSOAS | 7 |
| GESTÃO DE CIDADES | 9 |
| EMPREENDEDORISMO | 17 |
| SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA | 22 |
| DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 28 |
| SUSTENTABILIDADE E ADAPTAÇÕES CLIMÁTICAS | 32 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 38 |
| EDUCAÇÃO | 43 |
| SAÚDE | 48 |
| ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E CULTURA | 52 |
| REFERÊNCIAS | 56 |

Entenda os Selos de Políticas Públicas do Livres

Para facilitar a compreensão de cada proposta de política pública, o Livres decidiu criar alguns selos. Com os selos, ficará mais fácil para o leitor comparar políticas e entender qual o seu impacto na sociedade. Assim, temos:



Propostas têm como consequência a atração de investimentos do setor privado nacional e/ou investimento estrangeiro;



Propostas que transformam o paradigma atual, incorporando inovações tecnológicas ou lógicas do setor, tendo maior grau de dificuldade política.



Propostas aumentam a eficiência no uso de recursos financeiros e humanos na esfera pública com maximização do retorno de investimentos em políticas já existentes.



Propostas que ampliam a dignidade humana e aumentam a efetividade do respeito aos Direitos Humanos na ação do Estado e na Sociedade.



Propostas que derrubam obstáculos diretos à liberdade individual, reduzindo o nível de intervenção do Estado sobre a vida das pessoas.

PREFÁCIO

O LIBERALISMO PULSA NAS CIDADES VIVAS

A alma do liberalismo está na defesa plena da liberdade, do florescimento individual e das trocas celebradas em acordos mútuos. Para além das abstrações teóricas por trás dos grandes temas da política nacional, a experiência humana acontece no ônibus lotado, nas praças, nas feiras de rua, nas calçadas.

Nesse sentido, só temos a oportunidade de ser verdadeiramente livres se os ambientes urbanos forem férteis para o desenvolvimento das nossas capacidades e a convivência pacífica entre os mais diversos estilos de vida.

O liberalismo pulsa nas cidades vivas. Por muitas décadas, o pensamento liberal brasileiro foi majoritariamente associado a um conjunto de reformas estritamente econômicas de equilíbrio financeiro e combate à inflação. Apesar da responsabilidade fiscal ser um pré-requisito essencial para as nossas propostas, esta é uma percepção reducionista que precisa ser transformada.

Mas como traduzir esta visão de mundo em propostas concretas, levando em conta as imensas diferenças sociais, econômicas, geográficas e culturais neste país com 5570 municípios? Trata-se da missão deste Caderno de Políticas Públicas, que agora

chega em suas mãos.

Este documento é resultado da construção coletiva de milhares de associados espalhados por todas as regiões do país, engajados por meio de núcleos setoriais. O trabalho conduzido por Deborah Bizarria, nossa coordenadora de políticas públicas, também contou com a inestimável colaboração do Conselho Acadêmico, sob a presidência de Leandro Piquet.

Aqui você não encontrará respostas prontas, mas os norteadores que consideramos fundamentais para a construção de cidades abertas ao futuro.

Portanto, se você deseja fazer a diferença no seu município, melhorando as condições de criação de riqueza, qualidade de vida e respeito à diversidade, aqui você encontrará um conjunto de ideias capazes de auxiliar a sua atuação de forma consistente com os valores da liberdade.

Assim como as cidades, ideias só têm vida se houver pessoas dispostas a vivê-las.

Vamos juntos?

Magno Karl
Diretor Executivo do Livres





CIDADES VOLTADAS PARA AS PESSOAS

Hoje, **mais de 80% da população brasileira vive nas cidades**, o que deveria torná-las o foco central da atenção das políticas públicas. Entretanto, não é isso que se observa na prática: com menos recursos, as cidades brasileiras enfrentam uma série de desafios, desde a baixa qualidade da mobilidade urbana, insegurança, crescimento da informalidade e habitações precárias.

Para superar esses obstáculos, é fundamental que o planejamento e as políticas urbanas levem em conta as reais necessidades da população. Nesse sentido, o Livres acredita que a transformação de uma sociedade mais livre e próspera se baseia na construção de condições favoráveis ao pleno florescimento individual. Por isso, é fundamental que a atuação estatal seja orientada como facilitadora do desenvolvimento humano, social e econômico, jamais como um obstáculo.

Ao implementar **propostas focadas no cidadão** e no desenvolvimento das suas potencialidades, as cidades brasileiras podem se tornar ambientes mais prósperos, livres e seguros, onde o destino de cada indivíduo seja o produto de suas escolhas, e não do CEP de nascimento. Por isso, políticas públicas municipais devem se concentrar nas áreas mais vulneráveis da sociedade em busca da geração de oportunidades, enquanto a administração municipal deve se esforçar para não ser uma barreira à inovação, ao empreendedorismo e às liberdades individuais.

Uma sociedade civil ativa, aliada a uma administração pública inovadora e transparente, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico. As cidades precisam da liberdade para desenvolver seus recursos locais, sejam eles culturais, econômicos, educacionais ou sociais.

1. GESTÃO DAS CIDADES



Cada número na imagem representa uma proposta deste capítulo.

GESTÃO DE CIDADES

As cidades são centros naturais de oportunidades econômicas, devido à concentração de pessoas, empresas e recursos. Essa proximidade cria um ambiente propício para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento pessoal de seus habitantes. Nos centros urbanos, as pessoas têm acesso a uma maior variedade de empregos potencialmente alinhados com suas competências e interesses, e a interação próxima entre empresas e trabalhadores promove o crescimento econômico.

Por isso, políticas públicas focadas nas necessidades do cidadão são essenciais para garantir que as cidades sejam lugares onde as pessoas possam viver com liberdade e dignidade. Além disso, uma boa gestão urbana é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social da cidade, permitindo a criação de oportunidades de trabalho e melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes. Uma cidade bem zelada é capaz de oferecer aos seus habitantes um ambiente seguro e agradável para se viver. Nesse sentido, acreditamos que a sociedade civil e as empresas podem ser fortes aliadas da gestão pública em prol de cidades que facilitem o florescimento humano, por meio de medidas como:¹

1. Bairros Vivos

É necessário ampliar as zonas urbanas que conjugam atividades residenciais e comerciais, possibilitando a criação de bairros diversificados. Ao remover as restrições de uso associadas ao zoneamento, torna-se viável estabelecer comércios e serviços que atendam às necessidades das residências. Esse processo, por sua vez, promove vitalidade nas ruas adjacentes, contribuindo para um ambiente urbano mais dinâmico, integrado e menos dependente de carros.



2. Mais Moradias

A equalização e potencialização do uso do solo urbano através da atribuição de um Índice de Aproveitamento (IA) básico a toda a área municipal para permitir que empreendimentos ultrapassem esse índice mediante pagamento ao município. O potencial construtivo seria precificado em uma bolsa municipal, alinhando incentivos e evidenciando o custo de oportunidade da restrição ao direito de construir. Dessa forma, é possível otimizar o espaço construído, favorecendo a inclusão e acessibilidade de novos moradores, especialmente em áreas de alta demanda.



3. Ruas ativas e movimentadas

A introdução de incentivos à fachada ativa em edifícios já existentes têm o potencial de reverter práticas desfavoráveis à ocupação da área térrea. Em muitas cidades, as atuais regulamentações não consideram os espaços ocupados por áreas condominiais como parte da área construída, prejudicando a aprovação de reformas em edifícios já construídos. Ao autorizar edificações existentes a incorporar espaços comerciais ou residenciais nos andares térreos previamente ocupados por áreas condominiais é possível melhorar a caminhabilidade da região. A decisão final sobre essa transformação deve ficar a cargo dos responsáveis por cada empreendimento ou condomínio, mediante acordo formal entre os proprietários ou condôminos.



4. Modernização e bilhetagem eletrônica

com substituição das cobranças de passagens em transportes coletivos já em atividade, de forma gradual, a fim de garantir a realização de políticas de mitigação para recolocação dos cobradores no mercado de trabalho;



5. Calçadas para pessoas

Uniformização das calçadas são essenciais para promover um espaço público coeso e acessível. Atualmente, a responsabilidade descentralizada da manutenção, atribuída aos proprietários dos terrenos adjacentes, resulta em problemas como falta de conhecimento técnico, uso inadequado de materiais e desafios na fiscalização. Rampas de garagem nas calçadas, frequentemente canalizando água da chuva e gerando obstáculos de acessibilidade, são comuns nesse sistema. Ao assumirem a responsabilidade total pelo desenho e manutenção das calçadas, as prefeituras podem priorizar pedestres e garantir a gestão unificada desse importante espaço público. A execução desse serviço deve ser terceirizada, desde que de forma coordenada e abrangente, evitando abordagens fragmentadas baseadas nas escolhas individuais de proprietários adjacentes.



6. Desburocratização do Transporte

Abertura de mercado para operação de iniciativas independentes de transporte coletivo e individual (vans, “peruas”, aplicativos de corrida, etc) através de mecanismos de permissão desburocratizados (art. 30, V da Constituição);



7. Desobrigação de Estacionamento

Permitir construções sem obrigatoriedade de vagas de estacionamento, buscando reverter práticas que incentivam a posse de automóveis pelos moradores. Essa exigência de vagas de estacionamento no ato da compra de um imóvel causa elevação dos valores finais dos imóveis, mesmo para aqueles que optam por transporte coletivo, bicicleta ou pedestrianismo. Contribui também para a ocupação inadequada dos andares térreos da cidade, priorizando garagens em detrimento de áreas úteis, afastando as áreas ocupadas pelas pessoas do espaço público. A área de estacionamento em novas edificações deve ser contabilizada como área construída, permitindo seu dimensionamento conforme o critério do incorporador ou arquiteto responsável, de acordo com o tipo de imóvel e o perfil do usuário. Assim é possível contribuir para a disponibilidade de imóveis mais acessíveis e a diminuição da excessiva proporção de área destinada a estacionamentos na cidade.



8. Revogação de monopólios de transporte

e limpeza urbana e extinção das barreiras de entrada para agentes econômicos interessados em atuar na prestação desses serviços;



9. Garantia de transparência

para ampliar o acesso aos dados públicos de trânsito, dando publicidade aos contratos de concessão em vigência;



10. Regularização Fundiária

Este instrumento oferece diversos benefícios, como segurança de posse permanente, empoderamento social, redução da criminalidade e integração socioespacial. Além disso, impede novas ocupações, promove urbanização, valoriza imóveis, melhora investimentos e facilita acesso ao crédito para empreendimentos. Um levantamento detalhado é essencial, considerando registros próprios das comunidades informais. Estabelecer um marco legal temporal é crucial para evitar aproveitamentos oportunistas. A regularização, ao incorporar registros comunitários aos oficiais, é fundamental para o desenvolvimento social das famílias.



11. Mais espaço público

Reutilizar ou cobrar por todas as vagas públicas de estacionamento gratuito é crucial para otimizar o uso do espaço público e incentivar alternativas de transporte. Cerca de 30% do trânsito nas áreas urbanas centrais é composto por carros em busca de estacionamento gratuito. A existência de vagas gratuitas subsidia o uso do carro particular em detrimento de outros meios de transporte. A partir de uma precificação adequada, é possível garantir uma disponibilidade mínima de uma ou duas vagas por quarteirão. Alternativamente, também bares e restaurantes podem utilizar os espaços para carros para mesas e cadeiras, mediante pagamento pelo espaço público disponibilizado.



12. Áreas de Revitalização Compartilhada

são espaços urbanos revitalizados através da colaboração entre setores público e privado, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural de regiões em declínio. Essas iniciativas envolvem a comunidade local e promovem a renovação de infraestrutura, restauração de edifícios históricos e atividades culturais, beneficiando moradores e visitantes através de um modelo semelhante ao da Lei Rouanet, mas usando o IPTU.²



13. Retrofit

O processo de modernização é essencial para revitalizar centros históricos e áreas antigas urbanas. Sua adoção, cada vez mais comum no Brasil, demanda ajustes legislativos devido à inadequação de prédios antigos aos padrões contemporâneos. Incentivos como isenção de ITBI e IPTU temporários, junto com a possibilidade de ganho de potencial construtivo em outras regiões, são estratégias para promover a prática. Essas medidas visam não apenas preservar a história das cidades, mas também estimular o aumento de habitações nos centros urbanos, trazendo benefícios difusos para a comunidade.



14. Plano cicloviário integrado

Ferramenta essencial para atrair usuários de meios motorizados para a bicicleta, reduzindo poluição, congestionamentos e acidentes graves. Deve-se considerar o ciclista como parte do sistema de transporte, permitindo o compartilhamento de espaço em vias de baixa velocidade. Isso, acompanhado de sinalizações adequadas, auxilia na reeducação de motoristas e é mais facilmente implementado, evitando a necessidade de grandes obras. Quando necessário, define-se níveis de segregação (ciclofaixa ou ciclovia) com tipologias adequadas. O plano também aborda interseções, acesso a transporte público e instalação de bicicletários.

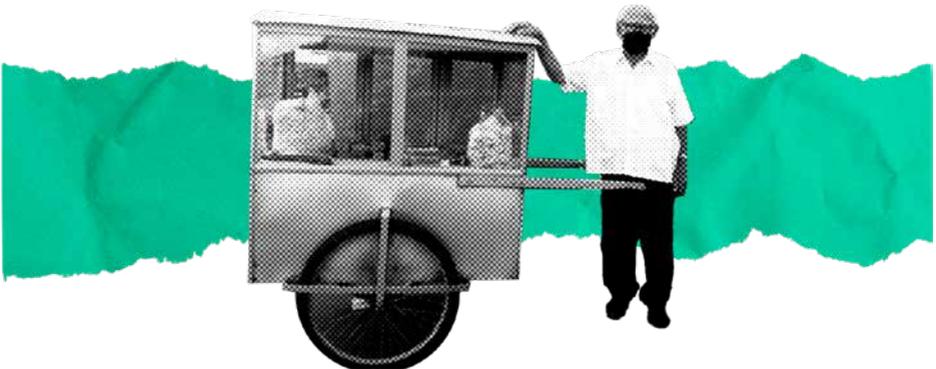


EMPREENDEDORISMO

A principal forma de organização de uma economia próspera é por meio da livre cooperação social, baseada em trocas voluntárias e em empreendimentos que gerem renda e emprego. Com o avanço da inteligência artificial, 41% dos trabalhadores brasileiros estão em ocupações com alto risco de exposição à tecnologia, de acordo com o FMI.

Nesse contexto, é necessário substituir institutos de licitações e barreiras de entrada, que dificultam a criação de negócios e empreendimentos inovadores. Uma maior integração entre os diversos setores da sociedade, como empresas, universidades e organizações não governamentais é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social das cidades brasileiras.

Para melhorar o ambiente de negócios para empreendedores e profissionais liberais no âmbito municipal, as políticas públicas precisam estar voltadas para a promoção da livre cooperação social, a geração de emprego e a inovação, por meio de medidas como:



Maior Produtividade Agropecuária

PPPs para infraestrutura viária permitindo o escoamento da produção agropecuária para consumo interno e exportação;



Modernização da defesa agropecuária

Modernização da defesa agropecuária através da informatização, harmonizando procedimentos entre os entes da federação, investindo em mecanismos de transparência, firmando parcerias para transferência de conhecimento junto ao setor privado e estabelecendo metas conjuntas para melhorias dos serviços prestados;



Pagamento de Tributos por Pix

para modernizar e simplificar o processo de pagamento de tributos municipais. Essa proposta permite que os contribuintes efetuem o pagamento por meio do PIX, proporcionando maior agilidade e praticidade nas transações fiscais.⁵



Lei de Liberdade Econômica

para regulamentar, no âmbito municipal, o projeto federal de liberdade econômica (Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019). Este projeto declara direitos fundamentais de liberdade econômica e desburocratiza atividades de baixo risco. Ao adaptar as diretrizes federais à realidade local, busca-se criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de negócios e à promoção da livre iniciativa.³



Sandbox Regulatório

para criar um espaço propício para o desenvolvimento e teste de inovações, estimulando a criatividade e a introdução de novas práticas no cenário econômico local. Essa iniciativa institui um ambiente regulatório experimental, conhecido como sandbox regulatório, visando fomentar a inovação, facilitando a implementação de soluções disruptivas e contribuindo para a modernização e competitividade do ambiente de negócios municipal.⁴



Código de Defesa do Empreendedor

para fortalecer a livre iniciativa e o exercício de atividades econômicas nos municípios. O projeto estabelece direitos essenciais para o desenvolvimento econômico, incluindo a liberdade de atividade econômica de baixo risco, definição livre de preços em mercados não regulados e tratamento isonômico pela Administração Pública. Além disso, destaca a presunção de boa-fé nos atos comerciais e facilita o acesso aos processos públicos.



Regularização Do Comércio Ambulante

substituindo a repressão do trabalhador informal pela inclusão social com o reconhecimento de seus direitos de propriedade e de forma a garantir uma competição justa no mercado.





FEIRA DO "ROLO"

Desordem urbana

- Objetos roubados
- Produtos de contrabando
- Animais silvestres

Ambiente propício para o crime organizado, deve ser combatido.



FEIRA LIVRE

Empreendedorismo popular

- Lanches ou refeições de produção caseira
- Brechós e produtos de segunda mão
- Artesanato

Trabalhadores honestos de baixa renda, deve haver incentivo à formalização.

COMÉRCIO INFORMAL

A regularização do comércio popular também é questão de segurança.

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

A Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012), revela que entre 9,3% (São Paulo) e 19,8% (Pará) da população foi vítima de roubo em um período de 12 meses, evidenciando a alta prevalência de crimes econômicos como roubos e furtos nas cidades brasileiras. Esse tipo de crime, além de violação direta à propriedade, afeta o bem estar das famílias na medida em que reduz seu patrimônio e limita a circulação pelo espaço público. Não raramente, esses crimes podem ser controlados por medidas diretamente sob responsabilidade municipal, como controle de comércios de autopeças, melhorias na iluminação e circulação em locais públicos.

As políticas de controle da desordem e as iniciativas de revitalização urbana demonstraram que é possível resolver problemas como o crime e a perda de dinamismo econômico com medidas simples que alteram o ambiente urbano e os padrões de uso. No Brasil, a participação dos municípios nessas políticas tem crescido em importância.

A participação municipal nos serviços de segurança pública se justifica pelo alto custo do crime, que não envolve apenas gastos diretos, mas também impactos indiretos na economia, como o comércio e turismo afetados pela falta de segurança. Além disso, as mudanças nos modelos de policiamento estão levando os municípios a desempenhar um papel cada vez mais importante na administração da segurança pública, mesmo em países com tradição de forças policiais nacionais ou estaduais.

Participação Comunitária e Políticas Sociais

Fortalecer a participação comunitária nas políticas de segurança é um desafio em áreas urbanas, mas é crucial para combater a desordem e o crime correlacionados com pobreza e segregação. Desenvolver políticas que construam capital social através da educação e promovam a ação coletiva é fundamental. Priorizar políticas de desenvolvimento sócio emocional para jovens, bem como apoiar segmentos vulneráveis como trabalhadores informais, são passos importantes. Campanhas de marketing institucional e maior transparência nas ações de segurança pública também são recomendadas.



Metas de Desempenho na Ordem Pública

As prioridades dos gestores municipais podem ser traduzidas em objetivos e planos de ação por meio de metas de desempenho. Esse modelo de gestão já foi adotado em vários Estados e municípios do país com bons resultados. Entre os indicadores de desempenho que podem ser monitorados, destaca-se a importância do tempo médio de atendimento das solicitações do público pela Guarda Municipal.



Ampliar o poder da Guarda Municipal

no ordenamento público a partir da definição clara das suas atribuições e ampliação do efetivo disponível. Assim, também é necessário expandir suas responsabilidades em áreas como fiscalização de comércio irregular, trânsito e ocupação de espaços públicos.



Gestão efetiva da Guarda Municipal

através da implementação de sistemas orientados por resultado, com premiação por desempenho e integração dos sistemas de informação da prefeitura com os das polícias estaduais. É importante também disponibilizar treinamento contínuo para que a atuação das forças seja efetiva e alinhada com a legislação e protocolos estabelecidos.



COMO É

- Guarda patrimonial, com foco na proteção dos bens da Prefeitura;
- Falta de amparo jurídico impede melhor aproveitamento;
- Guardas não tem poder de fiscalização de irregularidades urbanas
- Falta integração com outras instâncias de ação do poder público

COMO DEVERIA SER

- Guarda pública, com foco na proteção do cidadão;
- Reforma da GCM como primeira linha da ordem urbana
- Poder de iniciar processos de atuação por irregularidades
- Funcionamento integrado com polícias, vigilância sanitária e demais órgãos de fiscalização



Controle e Monitoramento do Armamento da Guarda Municipal

a partir de um processo seletivo e gradativo para o armamento da Guarda Municipal. Esta proposta inclui a criação de unidades especializadas em patrulhamento armado, com protocolos rigorosos de uso de armas, programas de treinamento intensivo, avaliações psicotécnicas e monitoramento de condutas. Importante ressaltar a necessidade de integração operacional com as Polícias Militares, compartilhando planos de patrulhamento e sistemas de comunicação para garantir a segurança dos guardas e da população. A gestão de armamento deve seguir etapas claras: seleção criteriosa dos guardas, escolha de armamento, desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão, treinamento rigoroso, controle e monitoramento contínuo de condutas e habilidades, e investimento em reservas de armamento. Um curso básico sobre o uso seguro de armas é também recomendado, complementando uma formação contínua e aprofundada.



Tecnologia e Segurança Urbana

A modernização dos sistemas de monitoramento e controle é vital para combater o crime e a desordem urbana. Investir em tecnologias avançadas, como a inteligência artificial, através de Parcerias Público-Privadas, é essencial. Estas parcerias devem focar em tecnologias emergentes de monitoramento, como reconhecimento de imagem e sistemas integrados de câmeras, além do uso de drones para apoio policial. A integração com Centros Integrados de Comando e Controle estaduais é crucial para a eficácia das políticas de segurança municipal.



Intervenções em Áreas de Alta Criminalidade

Criar procedimentos e treinar um contingente especializado para patrulhar áreas com altas taxas de criminalidade é essencial. O uso de armamento não letal, com treinamento adequado, e a integração com sistemas de vigilância eletrônica, podem reduzir efetivamente os crimes e melhorar a segurança pública.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A luta contra a pobreza demanda inclusão econômica. Para eficácia nas políticas sociais e mobilidade social para a superação da pobreza, é crucial ir além de programas federais, como o Programa Bolsa Família (PBF). Além de complementar a renda, é vital investir na formação de capital humano em crianças e jovens, promovendo a inclusão produtiva dos responsáveis.

Os municípios devem focar em atualizar o Cadastro Único para identificar vulneráveis, utilizando os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) como unidades fundamentais.⁶ Para a criação de um sistema de focalização eficaz em programas sociais no Brasil, propomos as seguintes diretrizes essenciais:

Validação por Conselhos Municipais

a lista proposta pelas equipes do Cras para a concessão do bolsa família deve ser revisada e validada por Conselhos Municipais na área social, com consulta à comunidade.



Habitação com Parcerias

representa uma alternativa para requalificar áreas urbanas e oferecer moradias à população de baixa renda. Essa abordagem envolve investimentos privados para a construção de novas moradias. O concessionário é responsável pela implementação das unidades habitacionais, empreendimentos não residenciais e equipamentos públicos, além de oferecer suporte operacional para financiamento, serviços sociais e gestão condominial. A PPP permite o financiamento de longo prazo, com impacto fiscal neutro durante a produção e encargos diluídos em até 20 anos.



Visitas Domiciliares

O cadastramento deve ser feito com visitas domiciliares para garantir a fidedignidade dos dados no cadastro e limitar a possibilidade de falsificação de informações. Ainda que feito de modo amostral, a iniciativa auxilia na qualificação dos dados e nas políticas de enfrentamento à pobreza.



Melhoria na Composição de Critérios

Atualmente, a pobreza é definida com base apenas na renda declarada pela família, mas a identificação deve considerar uma variedade de indicadores, como condições habitacionais, posse de bens duráveis, escolaridade, inserção em atividades econômicas e composição demográfica. O uso de informações de renda declarada na identificação das famílias pobres deve ser o método prioritário, mas não exclusivo. As equipes do CRAS devem incluir famílias que pareçam pobres, mesmo que sua renda declarada não atinja o critério estabelecido. Para isso, devem usar técnicas que avaliem a composição da renda de forma mais ampla. Ao mesmo tempo, devem excluir famílias que, embora atendam aos critérios de renda declarada, não sejam consideradas pobres após uma análise detalhada.



RENDA FAMILIAR É O MAIS IMPORTANTE?

Duas famílias na mesma faixa de renda podem viver realidades muito diferentes.

FAMÍLIA SILVA

Renda per capita: **R\$200**

- Casa própria de alvenaria
- Acesso a saneamento básico
- Acesso a transporte público
- Filha matriculada na creche



FAMÍLIA SANTOS

Renda per capita: **R\$210**

- Casa alugada de palafita irregular
- Sem saneamento básico
- Dificil acesso a transporte público
- Falta de acesso à vaga na creche

SUSTENTABILIDADE E ADAPTAÇÕES CLIMÁTICAS



Eventos climáticos extremos, como ondas de calor, alagamentos e incêndios florestais, não apenas causam danos econômicos e sociais, mas também forçam o deslocamento de milhares de pessoas em todo o mundo. Apesar de afetar a todos, esses eventos atingem com maior intensidade os países em desenvolvimento. Além dos desafios socioeconômicos preexistentes, como a pobreza, a violência e a desigualdade, essas regiões também enfrentam problemas decorrentes das mudanças climáticas, em grande parte provocadas pela emissão de combustíveis fósseis.

De acordo com a Defesa Civil, **no Brasil há 14 mil pontos de risco alto de desastre**, nos quais vivem um total de 4 milhões de pessoas. Infelizmente, esse tipo de ocorrência tem sido um fenômeno praticamente anual e deve se tornar cada vez mais comum por causa dos desequilíbrios causados pelas mudanças climáticas. Para enfrentar esses desafios, precisamos de medidas como:

Universalização do Saneamento Básico

através de parceria com a iniciativa privada, seguindo os preceitos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico. A título de exemplo, destacam-se as novas concessões de serviços de saneamento realizadas nos últimos anos nos estados do Amapá, Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas. Ao todo estão previstos investimentos de quase R\$68 bilhões, impactando mais de 31 milhões de pessoas.^{7 e 8}



Tratamento de Resíduos Sólidos

Realização de contratos de Parcerias Público-Privadas para o equacionamento de questões ligadas a resíduos sólidos, contemplando ações nos serviços de coleta (resíduos provenientes da coleta regular, da seletiva e das especializadas), assim como uma atuação responsável na destinação daquilo que resta do processo.



Metas de Redução de Emissões

de Gases de Efeito Estufa para os setores econômicos do município, de acordo com as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) do Brasil no âmbito do Acordo de Paris.⁹



IPTU Verde

pode ser feito a partir de créditos tributários para ações de preservação ambiental, observando atentamente os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de maneira equilibrada para a sustentabilidade dos cofres públicos;



Incentivo à Sustentabilidade

por meio da prestação de suporte técnico para a utilização de técnicas modernas de conservação do solo, redução de defensivos agrícolas e consumo de água, com incentivo ao uso de estufas e a agricultura vertical para áreas rurais.



Modernização de Coleta e Reciclagem

a partir PPPs com a priorização de cooperativas já existentes e foco no aproveitamento econômico dos resíduos sólidos, reduzindo a poluição e o descarte nocivo ao ambiente de forma a gerar empregos na área;



Adote um Canteiro

programa para conceder contrapartidas locais a empresas que se responsabilizam pela manutenção e jardinagem de espaços públicos no seu entorno, conforme experiências bem sucedidas em Santa Catarina;



Transportes sustentáveis

como bicicletas, transporte público e caminhadas devem ser incentivados por meio da ampliação e da melhoria da infraestrutura cicloviária, da integração tarifária, da priorização do transporte coletivo e melhorias das calçadas.



Viadutos Verdes

sob regime de PPPs em obras rodoviárias em áreas de mata, evitando acidentes automobilísticos e preservando vidas de animais silvestres;



Concessões e PPPs de Parques

e outras áreas de lazer, visando a sustentabilidade urbana e arborização das cidades;



Programas Integrados de Prevenção e Mitigação de Desastres

Os programas devem começar a partir da implementação de sistemas de comunicação mais eficazes, tais como sirenes e alertas, especialmente em regiões propensas a desastres. Criação de planos de contingência abrangentes, contemplando transporte eficiente para abrigos e áreas seguras, garantindo, simultaneamente, o acesso a alimentos para os desalojados. É necessário também avaliar a adoção de medidas restritivas para construção e subsídio à ocupação de áreas de risco, com a compra governamental de terras em regiões de altíssimo risco, visando a realocação segura de comunidades vulneráveis.⁹



Fundo Municipal de Clima

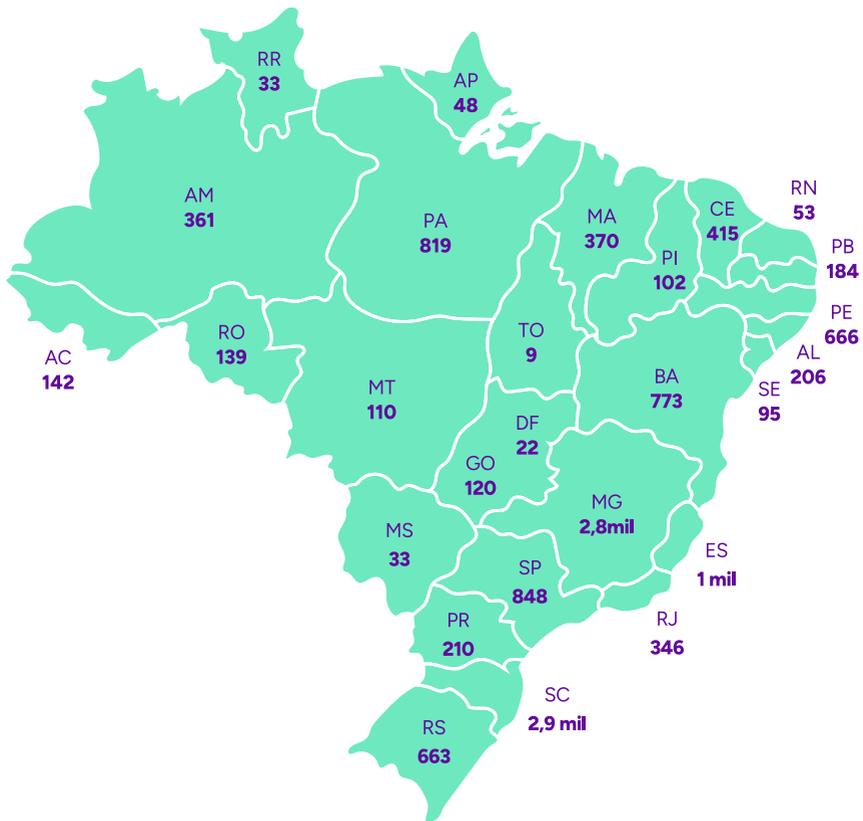
para financiar projetos e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no território municipal, é necessário atuar na captação de recursos de fontes públicas e privadas, nacionais e internacionais.¹⁰



SETORIZAÇÃO DE RISCO POR ESTADO

O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) mapeou áreas de risco em 1.632 municípios brasileiros. Desses municípios, 1.575 foram identificados como áreas de risco alto e muito alto.

Fonte: Geoportal - CPRM



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modernizar os serviços públicos não é mais uma escolha, mas uma necessidade premente para alinhar nossas práticas administrativas com as exigências e expectativas do século XXI. A ênfase na acessibilidade digital e na orientação para o cidadão não é apenas uma comodidade adicional, mas sim uma estratégia fundamental para impulsionar a eficiência e o caráter inclusivo das políticas públicas. Isso é especialmente relevante no âmbito municipal, onde o contato direto com a comunidade é mais intenso, tornando crucial a implementação de medidas que simplifiquem o acesso às informações e aos processos administrativos.

Dessa forma, ao promover a desburocratização e adotar práticas centradas no cidadão, os governos municipais não apenas aprimoram a qualidade dos serviços oferecidos, mas também fortalecem os princípios democráticos, ao tornar a administração pública mais transparente, participativa e acessível. Para isso, o Livres recomenda medidas como:

Simplificação Legislativa

através de consolidações municipais para temáticas repetitivas e a redução do processo legislativo para matérias sem impacto orçamentário, como a aprovação de nomes de rua diretamente em comissões, sem necessidade de ir a plenário.



Janelas de Serviços

para garantir acesso aos serviços da prefeitura em um só lugar, privilegiando a digitalização e desburocratização dos procedimentos. Além de sua versão digital, é importante centralizar em um único número de telefone o atendimento das diferentes secretarias, de modo a monitorar o atendimento e direcionar corretamente o cidadão para o setor adequado, conforme sua demanda.

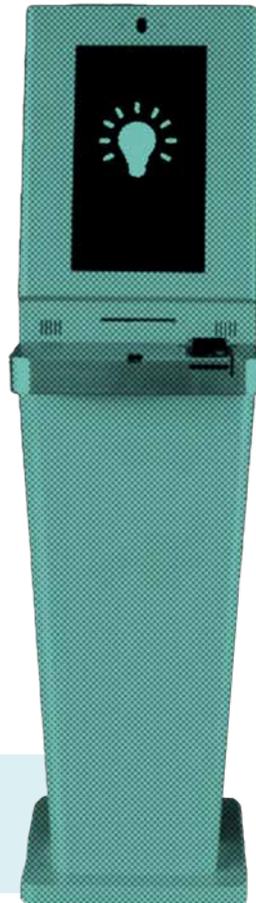


Prefeitura Digital

para tornar a administração pública mais eficiente, facilitando o acesso a serviços públicos de forma digital. Essa iniciativa visa modernizar os processos governamentais, proporcionando praticidade e agilidade aos cidadãos.



Em vez de ter que visitar vários locais diferentes, o cidadão pode acessar qualquer serviço por um único terminal.



Transparência Municipal

com projetos que favoreçam a fiscalização da Prefeitura, Câmara de Vereadores e demais órgãos, além da aplicação de mecanismos para instituição e avaliação da transparência;



Desestatizações de empresas municipais

com foco naquelas de setores intensivos em tecnologia, para aumentar a eficiência dos serviços públicos e atendimento à população, observando sempre os marcos regulatórios e cumprimento de contratos.



Alienação de Imóveis e Constituição de FII

com objetivo de arrecadar recursos com imóveis das municipalidades que não cumpram sua função social, a criação de fundos imobiliários agiliza a gestão do patrimônio imobiliário, facilitando a alienação ou sua disponibilização para usos que lhe destinem o planejamento urbano.¹¹



Proibição De Inauguração De Obras Inacabadas

para impedir que o Poder Executivo realize cerimônias de inauguração de obras que não possam ser utilizadas de imediato pela população.¹⁴



Monitor dos Bens Públicos

para obrigar a prefeitura a manter um inventário atualizado de seus bens avaliados em mais de cinco salários mínimos. Esta medida busca assegurar que o patrimônio público seja conhecido e possa ser fiscalizado pela população.¹³



Transparência e dados abertos

para promover uma administração municipal mais acessível e participativa. Esta iniciativa visa criar um ambiente propício à divulgação constante e confiável de informações de relevância pública. Por meio de princípios e diretrizes bem definidos, a proposta busca estabelecer critérios para a abertura de dados, contribuindo para uma gestão transparente, na qual os cidadãos possam ter acesso facilitado a informações essenciais sobre a atuação do governo municipal.



Programa Olhos Abertos

para evitar que casos como o superfaturamento de insumos visto durante a pandemia de Covid-19 se repita, criando critérios de transparência para os gastos do Executivo com saúde durante situações de emergência e estado de calamidade pública. A proposta visa garantir a visibilidade e a fiscalização efetiva dos gastos públicos relacionados à saúde, especialmente em momentos críticos.¹²





EDUCAÇÃO

O cenário da educação no Brasil é alarmante. O último resultado no PISA evidencia uma debilidade significativa na área de educação do país: apenas 1% dos alunos alcançaram as notas consideradas ideais em matemática, enquanto a média da OCDE é 9%. Esses números destacam a disparidade do Brasil em relação a padrões internacionais.

Dos participantes brasileiros, 73% ficaram abaixo do nível mínimo de proficiência, revelando uma lacuna considerável na capacidade de aplicar conceitos matemáticos para resolver problemas cotidianos. É necessária urgência em reformas abrangentes na gestão educacional para que os nossos jovens possam desenvolver suas potencialidades e ter uma vida melhor que seus pais. Para isso, o Livres indica políticas como:

Família presente

programa para incentivar a participação de pais e mães na vida escolar dos alunos, fator que comprovadamente diminui a evasão escolar, melhora o aprendizado e os resultados das crianças nos testes;



Família Estuda Unida

prioridade na matrícula de irmãos na mesma escola, estendendo-se a estudantes com os mesmos representantes legais. A proposta visa fortalecer os laços familiares e facilitar a logística das famílias, garantindo uma transição suave para os estudantes e contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor.¹⁶



Escolas Comunitárias

como um modelo público de administração privada sem fins lucrativos que pode ser adotado por escolas públicas, aumentando a autonomia da comunidade na tomada de decisões pedagógicas e administrativas e favorecendo a liberdade de escolha educacional;



Regularização de escolas autônomas

com desburocratização e aumento da autonomia, ampliando a diversidade no currículo oferecido aos alunos e estimulando o florescimento de iniciativas criativas;



Primeiro quem precisa mais

O acesso à educação de qualidade na primeira infância deve ser assegurado a todos, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade, conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE);



Regularização da Mãe Crecheira

modelo de creches domiciliares em que o Município fornece apoio técnico e paga o valor das vagas diretamente à mãe crecheira, permitindo o atendimento da demanda comunitária imediata, sem a necessidade de construção de novos espaços.



Mais creches

Aumento da oferta de vagas em creches através de vales para acesso de crianças pobres a instituições privadas e/ou da adequação de escolas para atender também o público em idade pré escolar;



Sistema de busca ativa

para implementar diretrizes preventivas contra o abandono e evasão escolar. A proposta estabelece a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar, com foco na redução do impacto socioeconômico do abandono escolar. A iniciativa prevê ações intersetoriais, parcerias e programas para desenvolver competências dos alunos, promover a participação da família e prevenir o abandono. Destaca-se a criação do Cadastro de Permanência de Aluno para acompanhamento estatístico dos casos de crianças e adolescentes não matriculados ou que abandonam ao longo do ano letivo, ressaltando os prejuízos socioeconômicos.¹⁵



Acompanhamento do Desempenho de Professores

Ao identificar um professor com desempenho insatisfatório por meio de avaliações, é necessário a implementação de um programa de formação e mentoria para auxiliá-lo. Caso persistam as dificuldades, seria necessário estabelecer medidas adequadas para realocação profissional do docente, de modo a garantir a qualidade do ensino na rede pública.



Adote uma Escola

para criar um programa que viabilize parcerias entre a iniciativa privada e a rede pública municipal, visando à melhoria das condições das escolas. O projeto estabelece diretrizes para a realização de obras em escolas municipais, destacando a necessidade de cooperação entre adotantes e o Poder Executivo, sem custos para este último. A parceria é formalizada por termo, com possibilidade de rescisão em caso de descumprimento, permitindo a divulgação promocional limitada a três adoções por unidade de ensino. A iniciativa abrange diversas áreas, como biblioteca, salas de aula, brinquedoteca, laboratório e quadra de esportes.¹⁷



SAÚDE

A heterogeneidade no perfil de mortalidade dos municípios brasileiros evidencia desafios distintos em saúde pública que precisam ser conectados com outras políticas. De acordo com levantamento do Saúde na Cidade, em 2017, Mococa (SP) enfrentou predominantemente doenças crônicas, exigindo políticas preventivas. Santa Cruz de Purus (AC) destaca-se por doenças infecciosas, demandando estratégias específicas. Já Ceará Mirim (RN) enfrenta altas taxas de causas externas, requerendo intervenções em segurança pública e prevenção de acidentes.

Soluções direcionadas e parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor são essenciais para garantir escala e atendimento. Urge repensar a gestão de saúde, priorizando as necessidades das pessoas, especialmente as mais pobres¹⁸. Essa abordagem personalizada é crucial para promover efetivamente a saúde em nível municipal, por meio de medidas como:

Informatização e Transparência nas Filas

Implementar um sistema informatizado e automatizado para as filas de procedimentos de saúde nos níveis secundário e terciário. Essa medida garantirá transparência e um fluxo claramente definido, otimizando o acesso da população a esses serviços e coibindo a corrupção e o uso político inadequado.¹⁹



Prontuário Eletrônico Único Acessível

em todas as instituições municipais de saúde através da informatização do sistema de atendimento;



Transparência e Controle Social

através do fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, monitoramento, avaliação dos contratos e gestão de recursos, submetidos ao acompanhamento da sociedade civil.



Racionalização do Acesso

Aumentar o acesso da população a procedimentos especializados baseando-se em indicadores na atenção primária para regular a demanda. Isso assegurará uma distribuição mais equitativa dos recursos e serviços de saúde.



Ouvidoria Municipal do SUS

deve ser fortalecida, com foco na melhoria da experiência do paciente no serviço municipal de saúde;



Servidores capazes

A capacitação das gestões municipais é crucial para que possam aderir eficientemente a editais e programas de financiamento federais, como o Mais Médicos. A falta de conhecimento sobre editais abertos, processos documentais e outros procedimentos pode ser uma barreira para os municípios aproveitarem oportunidades de financiamento. Portanto, é essencial fornecer treinamento e suporte para que as equipes das Secretarias Municipais de Saúde estejam bem informadas e preparadas para participar dessas iniciativas, otimizando a captação de recursos federais.



Contratualização da Rede de Exames

para otimizar o uso de serviços laboratoriais, aproveitando a eficiência da rede privada em relação à pública, reduzindo as longas filas de espera e a criação de fluxos específicos para exames dentro de programas dedicados, como os relacionados ao Diabetes tipo 2 ou hipertensão arterial. Com auditores para autorização, os exames dentro desses programas seriam realizados na rede privada, enquanto os que não se enquadram iriam seguir a fila comum da rede pública. Assim, é possível evitar demandas excessivas e solicitações inadequadas de exames, garantindo uma utilização mais efetiva dos recursos e evitando a negação direta dos exames, considerando a autonomia médica no SUS.



Gestão de Atenção Primária

Com Contratos de Organizações Sociais (OS) para gerenciamento da Atenção Primária representam uma solução viável, especialmente se implementados de forma regionalizada, por meio de consórcios intermunicipais. Essa abordagem, originária do SUS, destina-se inicialmente a serviços especializados, mas devido a limitações financeiras municipais, a atenção primária muitas vezes é negligenciada. A falta de profissionais e cobertura adequada agrava a situação. Alternativas temporárias, como o programa Mais Médicos, são bem recebidas pelos municípios, mas estratégias de longo prazo, como contratos de gestão por OS, podem ser mais sustentáveis. O cuidado na elaboração desses contratos é crucial para evitar perdas de financiamento federal e garantir a viabilidade financeira do sistema.



ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E CULTURA

A criação de um ambiente de negócios favorável é fundamental para que toda a riqueza cultural das cidades brasileiras seja sustentável. Isso inclui a redução da burocracia no acesso a programas de apoio à cultura já existentes, o que facilitaria o desenvolvimento de projetos culturais e artísticos.

Além disso, a melhoria da infraestrutura é essencial para tornar as cidades destinos mais atraentes para o turismo nacional, ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda. Nessa direção, o Livres recomenda:

Dados Acessíveis em Turismo

plataforma digital para concentrar dados do setor de turismo, atualizada periodicamente e acessível a todos, com ênfase para trade turístico, poder público e instâncias de governança, oferecendo informações, como visitação a atrativos, taxa de ocupação nos meios de hospedagem, projetos em andamento e impostos gerados por turismo e serviços, como solicitações de autorizações para eventos.



PPPs para Espaços Públicos

destinados a esportes, arte e cultura, como ginásios, estádios, piscinas, teatros, galerias de arte, museus, bibliotecas, entre outros;



Lazer Sustentável

Estimular práticas ambientais sustentáveis, conciliando a atividade turística com a preservação dos recursos naturais do Estado, inclusive com a estruturação de unidades de conservação e parques para a visitação.



Gestão Compartilhada

Políticas públicas na cultura devem ser desenhadas com o devido alinhamento a estados e União, favorecendo o caráter público da cultura;



Qualificação Empreendedora

por meio de políticas que estimulem a economia criativa, solidária e colaborativa, o associativismo e o cooperativismo, fomentando arranjos produtivos e tornando a cadeia produtiva do turismo economicamente sustentável.



Capacitação Profissional Constante

para os envolvidos no setor turístico, incluindo gestores públicos e empresários, abordando temas essenciais e complementares, como acessibilidade, inovação, tecnologia e o papel do turismo na economia;



Estabelecer Certificações

para indivíduos, empreendimentos e destinos, alinhados às normas técnicas oficiais e às melhores práticas internacionais.



Desburocratização de Editais Culturais

permitindo que Pessoas Físicas se inscrevam em editais e chamadas públicas destinadas a coletivos culturais. Simultaneamente, estimular a formalização de grupos por meio da alocação de prêmios mais substanciais para Pessoas Jurídicas. Simplificar o processo de inscrição, dispensar a apresentação de certidões negativas e simplificar a prestação de contas, requerendo apenas a comprovação da atividade cultural por meio de um relatório de gastos.



Mapeamento das Necessidades de Infraestrutura

conectadas ao acesso a áreas históricas, festivais e outro locais de lazer e turismo a fim de facilitar o acesso e garantir o devido usufruto da população local e de turistas;



8. ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E CULTURA

REFERÊNCIAS

1. LING, Anthony (G.), **Caos Planejado**. Guia da gestão urbana. Acesso em: 24 nov. 2023.
2. SANTOS, Marcos Ricardo dos; Costa, Diogo. **Financiamento de Business Improvement Districts (BIDs) por meio de incentivos fiscais: um modelo à la Lei Rouanet para o IPTU**. Instituto Millenium, 2023. Millenium Papers, n. 27.
3. ILISP. **Projeto Liberdade para Trabalhar**. Disponível em: 1. Acesso em: 30 nov . 2023.
4. JOINVILLE (SC). Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar nº 661, de 16 de outubro de 2023**. Institui o ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) no Município de Joinville e dá outras providências.
5. Rio de Janeiro. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 1050, de 15 de abril de 2022**. Garante ao contribuinte a possibilidade de pagamento de tributos, taxas, multas e afins incluindo PIX, cartão de débito e crédito.
6. BARROS, Ricardo P.; MACHADO, Laura M. **Diretrizes para o desenho de uma política para a superação da pobreza**. 1. ed. São Paulo: Insper, 2022.
7. LIVRES. **Saneamento é básico: aprovação do novo marco legal do setor**. Disponível em: eusoulivres.org. Acesso em: 14 jan. 2024.
8. WANI, Gowhar Farooq et al. **Local perspectives and motivations of people living in flood-prone areas of Srinagar city, India**. International Journal of Disaster Risk Reduction, v. 82, p. 103354, 2022.
9. HARRIES, Tim. **Feeling secure or being secure? Why it can**

- seem better not to protect yourself against a natural hazard.** Health, risk & society, v. 10, n. 5, p. 479-490, 2008.
10. TALANOIA, 2023 **Política Climática por Inteiro 2023: Um balanço dos avanços e lacunas da agenda de mudança do clima no Brasil.** Instituto Talanoia, 2023. 68 páginas
 11. A exemplo do projeto em: ANGRA DOS REIS (RJ). **Secretaria de Planejamento e Parcerias.** Fundo Imobiliário. Disponível em: <https://ppp.angra.rj.gov.br/fundo-imobiliario.asp>. Acesso em: 15 jan. 2024.
 12. Belo Horizonte(MG). Câmara Municipal. **Projeto de lei 114 de 2021.** Dispõe sobre medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes de doenças contagiosas e dá outras providências.
 13. JAGUARIÚNA (SP). Câmara Municipal. **Lei nº 2.824, de 30 de novembro de 2022.** Institui a Política Municipal de Transparência dos Bens Públicos.
 14. GOVERNADOR VALADARES (MG). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 123, de 15 de março de 2021.** Proíbe xção de obra que não possa ser utilizada de imediato pela população.
 15. Um exemplo: SÃO PAULO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 76/2021.** Institui a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar.
 16. BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 350/22.** Garante o direito de prioridade de matrícula de irmãs na mesma unidade escolar da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.
 17. BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 560/2023.** Institui no município de Belo Horizonte o programa “Adote uma Escola”, que visa estimular parcerias com a iniciativa privada para melhorar a estrutura das escolas da rede pública municipal

18. SAÚDE NA CIDADE. Saúde na Cidade. **Propostas para melhorar a saúde pública em São Paulo.** Disponível em: <https://saudenacidade.org/propostas/>

19. MOGI DAS CRUZES. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 1/2021.** Transparência na fila do SUS contribui para desafogar o Poder Judiciário, definindo medidas de prevenção às irregularidades no âmbito da Rede Municipal de Saúde

REFERÊNCIAS



Agradecimentos

Construir um Brasil onde o destino das pessoas seja mais determinado por suas escolhas individuais que por sua origem social é um desafio que demanda muito trabalho e cooperação. O Livres agradece a todos os colaboradores que participaram direta ou indiretamente da elaboração deste Caderno de Políticas Públicas 2024. O processo de elaboração teve início em agosto de 2023 e incluiu contribuições de associados de todas as regiões do Brasil, através de seminários, artigos e propostas organizadas pelos núcleos setoriais. Os eixos estratégicos do Caderno foram debatidos e consolidados pelo Conselho Acadêmico do Livres, a quem agradecemos especialmente na pessoa de Leandro Piquet, que presidiu o órgão colegiado durante o período.

Também foram fundamentais as contribuições e publicações de organizações parceiras com tradição no debate técnico e especializado, dentre as quais: Atlas Network, Caos Planejado, CCIF - Centro de Cidadania Fiscal, CDPP - Centro de Debates de Políticas Públicas, CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CEIPE/FGV - Centro de Excelência e Inovação em Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, CINDES - Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, CLP - Centro de Liderança Pública, Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Enap, Endeavor, INSPER, Instituto Millenium, Instituto Tanaloo, Instituto Sonho Grande, ICE - Instituto de Corresponsabilidade Educacional, IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IEPE/CdG - Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, IFI - Instituto Fiscal Independente, IMDS - Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, Instituto Escolhas e projeto Vai Turismo.

